



CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DOS *SEM-TERRA* EM MEIO À CRISE DO SISTEMA ESTANCIEIRO NO RIO GRANDE DO SUL

Francis Casagrande Zanella
Marcos Botton Piccin

Resumo

Analisaram-se neste trabalho os processos de mobilização social que conflagraram a implantação de assentamentos rurais na região historicamente constituída por domínios estancieiros no Rio Grande do Sul, especificamente no município de São Gabriel no período entre 2003 e 2008. O objetivo foi perceber as condições estruturais para a inserção dos agentes sociais identificados como *sem-terra* no espaço de relações conformado pelos antigos habitantes desses municípios. Visualizaram-se condicionantes dos processos de vinculação entre os *sem-terra* e os mais antigos *munícipes*, os quais foram forjados em meio às lutas simbólicas sobre a legitimidade dos movimentos sociais do campo e de suas reivindicações por reforma agrária. Argumenta-se que a construção das representações que novos e antigos moradores fizeram uns dos outros dependeu, em grande medida, das posições relativas frente aos agentes que disputam um *campo dos conflitos agrários* – notavelmente das articulações do patronato rural e dos movimentos sociais do campo – e das formas de exposição de estratégias desses grupos pela imprensa de cobertura local e estadual. Este trabalho é constituído por análise documental de processos oficiais do Incra/RS, de publicações nos jornais da imprensa de ampla circulação estadual e de um livro que objetivou narrar a perspectiva dos *sem-terra* para os acontecimentos do período.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamentos rurais. São Gabriel. Patronato rural estancieiro. Conflitos agrários.

1 Introdução

Este trabalho tem como questão central a compreensão de condicionantes para a construção social da noção de *sem-terra* nos imaginários dos agentes sociais que internalizaram estruturas de percepção na região que denominamos como *estancieira*. O conceito *região estancieira* (PICCIN, 2012) é aqui utilizado como referência de espaço físico e de espaço social – ou de espaço físico apropriado para Bourdieu (2013) –, especificamente o conjunto de espaços que remontam à conformação de *estâncias* e de seus *senhores*, os *estancieiros*, a partir do século XVIII nas áreas de campos do Rio Grande do Sul (RS). Por séculos, as estâncias conformaram o conjunto de posições e condições sociais dos agentes sociais ali implicados, sendo que datam apenas da década de 1990 consideráveis processos de reconfiguração na morfologia social dessa região (PICCIN, 2012), o que justifica a utilização do termo *região estancieira* como referência ainda preponderante no conjunto de visões de mundo e práticas sociais dos que ali foram socializados como



munícipes. Considera-se que o estudo das formas de julgamento naturalizadas no espaço social é de fundamental importância para conhecer os condicionantes da ação da figura emergente dos *sem-terra* ou *assentados*, enquanto migrantes, na relação com antigos moradores – que também são chamados simplesmente como *munícipes*, neste trabalho¹.

Por um lado, se reconhece o esforço da literatura que se debruça por desvendar as trajetórias de mobilização e migração recorrentes aos *sem-terra* no RS², mas se evidencia a necessidade de investigar as possibilidades que se abrem ou se fecham quando entram em relação direta com os grupos de antigos moradores. Tem-se como ponto de partida que a denominação *sem-terra* aqui acionada não desconsidera a existência de agentes sociais desprovidos de terras como meio de produção na região estancieira, nem pretende ignorar outros agentes da região que tenham ingressado nas fileiras dos movimentos sociais do campo. Mais especificamente, analisa-se um momento onde se estruturam as experiências dos antigos moradores de municípios estancieiros que sediam a implantação de assentamentos rurais frente ao recrudescimento de lutas políticas pelo acesso à terra no RS. O interesse está em perceber a forma como os antigos moradores tomam conhecimento de uma categoria que é combatida pelo patronato rural e que, recorrentemente, chama atenção em canais midiáticos da imprensa de grande circulação com suas reivindicações por reforma agrária. Nesse contexto, *sem-terra* é, acima de tudo, referência às pessoas que vêm “de fora” e que, durante as disputas no campo dos conflitos agrários, passaram a figurar com maior contundência nos imaginários dos antigos moradores.

Por conta desse processo de aproximação baseado em vínculos antigos entre *munícipes* e em representações novas sobre os *sem-terra*, considera-se significativo esmiuçar estruturas sociais da região em estudo e como condicionaram o ingresso dos chamados *sem-terra* em uma nova posição no espaço de relações sociais. Visualiza-se como as tensões entre *assentados* e *munícipes* são exacerbadas no contexto da crise estancieira e das disputas no campo de conflitos agrários, fornecendo elementos

¹ Aqui se utilizou do dualismo *establishment* e *outsiders* empregado por Elias e Scotson (2000) enquanto referencial para estudo da conformação de relações entre grupos diferentemente munidos de recursos de poder.

² Sobre esta abordagem consultar os trabalhos de Gaiger (1999), Navarro (1999), Piccin (2011), Chelotti (2013), Machado (2014), entre outros estudos.



para uma vinculação geralmente opositora ao ingresso dos *sem-terra* como gente “de fora”. É válido destacar que no caso aqui estudado os *sem-terra* são agentes que provêm de outros municípios e de outras regiões do estado, o que implica em raramente terem relações prévias com os moradores de onde as terras estão em disputa. Por outro lado, enquanto partes da população local os proprietários de terras e suas organizações guardam vinculações mais estreitas com *municípes*, especialmente por conta das interdependências em termos dos processos de socialização na *região estancieira*.

Em termos de localização e período analisados, procurou-se esboçar um quadro geral das estratégias em jogo no acirramento de tensões entre *sem-terra* e *produtores rurais* em São Gabriel, especialmente no ano de 2003. O ano foi significativo em termos da perspectiva de expansão da política agrária do recém empossado presidente Lula da Silva, bem como da contundência com que se investiram esforços antagônicos em torno da legitimidade da reivindicação por reforma agrária. Este cenário foi gerador de uma ampla documentação composta de publicações da imprensa de grande circulação e documentos oficiais, a qual foi acionada junto de uma narrativa dos *sem-terra* enquanto material para análise³.

Além desta introdução o texto conta com outras quatro seções. Parte-se por uma explicitação das consequências do conceito de *campo dos conflitos agrários* na análise de processos que constituíram os assentamentos rurais brasileiros no período pós ditatorial (1964-1985), com especial atenção para o RS na década de 1990. Na seção seguinte ganham evidência os acontecimentos envolvendo pressões por reforma agrária em São Gabriel no ano de 2003, tendo em conta as particularidades do espaço estancieiro e a formação de grupos em oposição. Na terceira se apresenta um breve apanhado de reconfigurações nas estratégias dos agentes implicados no campo dos conflitos agrários e como abriram flancos para a implantação de assentamentos rurais em São Gabriel no ano de 2008. Por fim, nas considerações finais, se sintetiza o modo de vinculação fundador das relações entre os antigos moradores com os *sem-terra* com ênfase na *oposição* entre os grupos, sem desconsiderar uma sugestiva variabilidade interna como potencial para outros estudos.

³ Este trabalho deriva de uma dissertação de mestrado (em elaboração) pela qual os autores são responsáveis.



2 Lutas simbólicas sobre a legitimidade da reforma agrária no RS

A partir do estudo de Da Ros (2006), entende-se a noção de *campo dos conflitos agrários* enquanto espaço de relações sociais onde os agentes implicados têm como objeto de disputa a legitimação de distintas formas de posse e uso da terra. Em outras palavras do autor, disputam os rumos da política agrária. Neste espaço de relações é notável o protagonismo dos grandes proprietários e dos sem-terra. Contudo, as disputas entre os protagonistas não definem por si só uma política agrária, mas pressionam a internalização de suas reivindicações nos governos federais e estaduais e em suas instâncias, de modo a condicionar o ritmo, extensão e mecanismos utilizados pelos agentes do Estado (DA ROS, 2006, p. 20-9). Além disso, entende-se que durante a expansão da política de assentamentos rurais, correlata ao processo de abertura democrática pós-ditatorial da década de 1980, desenhou-se certo padrão apropriado de demandar terras frente aos governos. As formas sociais de mobilização conhecidas como *acampamento* e *movimento* tornaram-se modos legítimos para serem reconhecidas como *conflitos* por terra e de obter respostas do Estado (SIGAUD, 2005; ROSA, 2009).

Decorre que, em função de condições próprias de cada espaço de relações onde se desenrolam *conflitos* por terra, as estratégias operadas pelos agentes envolvem certas variações nos expedientes de mobilização. Nesse sentido, Leite et al. (2004, p. 46-59) analisaram algumas regiões do Brasil que constituíram densas 'manchas' de assentamentos rurais e verificaram certas variações nos padrões de mobilização. Como exemplos, apresentam diferenças entre as *ocupações massivas* de terras, as *ocupações paulatinas* por grupos de posseiros ao longo de décadas em áreas de fronteira agrícola e a *resistência na terra* por antigos moradores, parceiros, arrendatários e posseiros que reivindicavam a terra na qual trabalhavam contra a vontade de proprietários ou pretensos proprietários. Cada uma dessas situações foi característica de certas regiões onde se flagraram certos padrões associados de públicos demandantes, de articulações das elites agrárias, de ocupações de terras e de respostas do Estado, o que compõe a diversidade dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE et al., 2004).



Entre os pesquisadores que se propuseram a estudar o tema dos conflitos agrários no RS, destaca-se Da Ros (2006), que fez amplo levantamento de como as pressões de organizações patronais rurais e de movimentos sociais do campo foram internalizadas pelo Estado entre 1999 e 2002. Estas organizações centralizam as pressões das categorias reconhecidas como *produtores rurais* e *sem-terra*. No RS, a categoria de identificação *produtores rurais* foi forjada nos debates que constituíram a União Democrática Ruralista (UDR) no estado em 1986, de modo a aglutinar em torno de uma única identidade os grupos representados. A aproximação de proprietários rurais, grandes arrendatários e parceiros agrícolas teve como efeito a unificação como classe no posicionamento contrário à reforma agrária (DA ROS, 2006; p. 143-150). Ou seja, tal postura atenuou as distinções entre grupos decadentes e emergentes na reconfiguração da morfologia social do espaço estancieiro (PICCIN, 2012). Já a categoria de identificação *sem-terra* emerge no contexto pós-ditatorial em reivindicações por terra protagonizadas por populações de *colonos* e *caboclos* no norte do RS, de onde se afirma o MST como seu principal porta-voz desde a década de 1980 (BRUMER, 2009). A adesão a esses movimentos se amplia especialmente nas regiões de *colônias* no norte do estado e na região metropolitana de Porto Alegre. As pressões dos *sem-terra* e a formação de assentamentos rurais em domínios estancieiros são expressivas desde o final da década de 1980 (CHELOTTI, 2013).

Para Da Ros (2006), a conjuntura nacional do final da década de 1990 apresentou perspectiva favorável para ampliação da quantidade de projetos de assentamentos rurais nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), mesmo tendo os *produtores rurais* como sua base de apoio. Em seu segundo mandato conduziu-se um ajustamento nos modos de responder às pressões dos *sem-terra*, especialmente na promulgação de diretrizes que reduziam a participação do Estado na política agrária, além de priorizar os mecanismos públicos de compra de terras frente aos de desapropriação (Ibid., p. 219-28). No governo do RS, durante o mandato de Olívio Dutra (1999-2002), intensificou-se a ação estadual na política de assentamentos, onde se verificou o aumento de mobilizações do MST respondido com consideráveis quantidades de aquisições de terras para constituir *áreas reformadas* na região estancieira (Ibid., p. 420).



Nesse contexto, a reação mais visível do setor patronal rural do RS contra a conjuntura favorável aos *sem-terra* foi a sua articulação em torno do chamado movimento “vistoria zero” (DA ROS, 2009). Conforme Da Ros (2009), a prática que originou este movimento consistia em criar *barreiras* aos técnicos do Incra para que não executassem as vistorias nas propriedades, já que era por meio delas que se declarava o nível de produtividade e as possibilidades de desapropriação. A crescente adesão a tal movimento se deu em função da entidade patronal fazer crer, distorcendo os fatos, que as vistorias afetariam o conjunto de propriedades dos *produtores rurais* (DA ROS, 2006, p. 229). Além disso, vale salientar que o “vistoria zero” ocorre precisamente no período em que os estancieiros se vêem forçados a abrir mão da exploração pastoril como atividade principal, onde aumentam as possibilidades de venda ou arrendamento das terras. É notável, portanto, que o momento particular em que esses embates acontecem é de forte crise das condições de reprodução do poder simbólico da classe estancieira nas bases até então exploradas, o que tende a reforçar os enfrentamentos no campo dos conflitos agrários quando os *sem-terra* se apresentam nas lutas por legitimidade do acesso à posse e uso da terra (PICCIN, 2014).

Da Ros (2006) ainda apresenta elementos para visualizar o jogo de forças em termos de formação da opinião pública quando se deu intensa atividade do governo estadual na implantação de novos assentamentos rurais no RS, no período entre 1999-2002. Tanto a representação do setor patronal como os partidos de oposição ao governo estadual no mandato de Olívio Dutra se posicionaram de modo a denunciar a aproximação política entre movimentos sociais e o governo, com o intuito de responsabilizá-lo pela emergência de conflitos e retardamento no cumprimento de ordens judiciais. Ao analisar o teor de certas matérias veiculadas por setores da mídia gaúcha, entre eles o grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS), subsidiário das Organizações Globo, no qual se destaca o jornal Zero Hora, percebe-se a importância relativa que tal veículo teve no sentido de respaldar os discursos dos partidos de oposição e do patronato rural (Ibid., p. 331-9). Nesse sentido, visualiza-se o domínio que certos grupos sociais fazem dos recursos de poder e como os utilizam na luta simbólica de autoafirmação e de desestabilização de grupos *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).



3 “Esta terra tem dono”: as tensões entre sem-terra e produtores rurais em São Gabriel, RS, no ano de 2003

As movimentações no campo de conflitos agrários que resultaram nos assentamentos rurais implantados em São Gabriel, Alegrete e Santa Margarida do Sul, entre os anos de 2008 e 2009, se processam em circunstâncias comparáveis e de continuidade às do conjunto de mobilizações e disputas ocorridas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Olívio Dutra. Faz-se a ressalva de que não foi o intuito deste trabalho levantar o conjunto de ações orquestradas pelos agentes do campo dos conflitos agrários no período 2003-2008, mas dispor algumas estratégias e relações de modo a situar o processo, minimamente, em torno dos municípios aqui estudados⁴. A escolha pelo período entre 2003 e 2008 refere-se a um maior grau de direcionamento de tensões por reforma agrária no RS ao município de São Gabriel, processo que conduziu à formação de diversos assentamentos.

Deve-se ter em conta que a posse de Luis Inácio Lula da Silva na presidência da república, em 2003, é tomada pelos movimentos sociais do campo como indicativo de uma fase de ampliação da política de assentamentos rurais no país (AFONSO; CANUTO; LUZ, 2003). Além disso, a posse de Miguel Rossetto como Ministro do Desenvolvimento Agrário, responsável pela pasta da reforma agrária, gerou descontentamento de entidades patronais rurais no RS, já que, como vice-governador do estado na gestão de Olívio Dutra (1999-2002), representaria certa “sintonia” com os movimentos de luta pela terra⁵. Estava em jogo a retomada de vistorias do Incra⁶, a revisão dos índices de produtividade usados nas vistorias e a revogação de medida provisória promulgada em 2000 por Fernando Henrique Cardoso, cuja qual impedia as vistorias por dois anos em áreas ocupadas e proibia pelo mesmo período que os seus

⁴ As principais fontes deste levantamento foram: a) decisões judiciais, relatórios e outros documentos oficiais consultados no INCRA/RS, b) as notícias publicadas por jornais no período, também disponíveis de modo condensado no chamado *clipping* de notícias organizado pela assessoria de imprensa do INCRA/RS, e, c) o livro de Sérgio Antônio Górgen, *Marcha ao coração do latifúndio*, que procurou demonstrar “o relato e a versão dos ‘condenados da terra’” (GÖRGEN, 2004, p.8).

⁵ *Sintonia com MST preocupa. Ruralistas pedem a Rossetto que “não avalize a baderna”* (Zero Hora, 04/01/2003).

⁶ *Campanha teme a retomada de vistorias* (Zero Hora, 19/01/2003).



ocupantes fossem assentados. A medida provisória se constituía em recurso importante aos setores patronais rurais para conter as *ocupações* enquanto estratégia central de pressão dos *sem-terra*. Já a conservação dos índices de produtividade em baixos patamares representava a principal reivindicação dos *produtores rurais* a fim de reduzir a efetividade das vistorias (DA ROS, 2006, p. 228-30).

Nesse íterim, *produtores rurais* e *sem-terra* já trocavam provocações em entrevistas a meios jornalísticos no RS, revelando tensões explícitas: enquanto produtores mencionavam as possibilidades de acionar a Justiça e até mesmo recorrer à formação de milícias entre seus trabalhadores subordinados – o que lembra as estratégias historicamente acionadas pelos senhores de terra e de *guerra* (PICCIN, 2012) no espaço estancieiro –, os *sem-terra* anunciavam que haveria “muitas desapropriações” no período⁷. Em março de 2003 é formado um acampamento pelo MST em um assentamento de Santana do Livramento, na fronteira oeste do estado, do qual se esperavam partir os *sem-terra* para ocupações em Dom Pedrito e em São Gabriel. Como resposta, *produtores rurais* se organizam nas chamadas *vigílias* onde se revezam em acampamentos próprios, próximos às concentrações dos *sem-terra*, de modo a intimidá-los⁸. Por vezes, limitam-se à presença física, por outras, utilizam de enfrentamento físico e simbólico, como em provocações, emissão de ruídos e bloqueio de estradas vicinais (GÖRGEN, 2004). Da Ros (2006, p. 262; 2009) também verificou a estratégia das *vigílias* por parte dos setores patronais rurais junto às mobilizações do MST no RS entre 1999 e 2002, além das *barreiras* à atuação dos funcionários do Incra durante as vistorias ocorridas no período, notavelmente nas de São Gabriel em 2001.

Em 2003 as tensões intensificaram-se quando foi anunciado por decreto presidencial publicado em 19 de maio que o complexo de estâncias denominado Southall, localizado em São Gabriel, RS, tornava-se área de interesse social para reforma agrária, em condição passível de desapropriação (BRASIL, 2003). A repercussão do decreto foi expressiva, sendo chamada pelos meios jornalísticos como

⁷ *Ruralistas à espera* (Zero Hora, (?)/01/2003); *Entrevista: Gilmar Mauro, líder do MST*. “Vai haver muita desapropriação” (Zero Hora, 03/02/2003).

⁸ *Ruralistas admitem o uso de armas* (Correio do Povo, 17/03/2003).



“maior desapropriação da história do RS”, inclusive em manchetes de capa⁹. Imediatamente, lideranças do patronato rural e o prefeito de São Gabriel na época, Rossano Dotto Gonçalves, estiveram mobilizados para impedir o processo. Suas investidas foram acionadas, inicialmente, por meio de tratativas com deputados e com o governador Germano Rigotto¹⁰, de modo a explorar o capital político enquanto lideranças da categoria. Sem sucesso imediato nessas relações pessoais, procedeu-se com ações judiciais em nome do proprietário, onde se objetivou condenar os procedimentos utilizados pelo Incra na desapropriação a fim de reverter o processo¹¹.

Em seguida, no dia 2 de junho, a desapropriação foi suspensa¹² por ministra do Supremo Tribunal Federal, sendo o ato acompanhado de comemoração por parte de *produtores rurais* e seus apoiadores que, simultaneamente à divulgação da decisão, reuniam-se em São Gabriel¹³. Se corretos os argumentos de Görgen (2004, p. 215-21), de que a ministra Ellen Gracie Northfleet Palmeiro da Fontoura – relatora do processo que concedeu a liminar suspensiva – guardaria laço de parentesco por afinidade com a esposa do proprietário Alfredo Southall – por conta de ter sido casada e ter filho com um primo-irmão dela –, entrariam em cena dois elementos das estratégias de reconversão social das elites estancieiras efetuadas durante o século XX: a tendência de investimentos escolares como possibilidade para ocupar cargos prestigiados nas cidades e as condições de influência significativa nas decisões oficiais do Estado (PICCIN, 2012). Ou seja, o fato de certos agentes sociais ligados aos *produtores rurais* estarem mais bem posicionados em termos de volume e espécie de capitais úteis no campo de conflitos agrários teria lhes dado vantagens nas disputas.

Com o aceno de redução nas chances para desapropriação, seguiu-se um período de constantes movimentações de *produtores rurais* e *sem-terra*, onde São Gabriel ganhou centralidade nas tensões do período. No dia 10 de junho iniciou-se no

⁹ *União faz a maior desapropriação de terras no RS* (Zero Hora, 21/05/2003); *União decreta a maior desapropriação do RS* (Jornal do Comércio, 21/05/2003); *Reforma agrária: União faz maior desapropriação da história do RS* (Correio do Povo, 21/05/2003).

¹⁰ *Prefeito e produtores reagem ao decreto* (Zero Hora, 21/05/2003); *Ruralistas tentam evitar a desapropriação* (Correio do Povo, 22/05/2003); *Assentamento pode começar em dois meses* (Zero Hora, 28/05/2003).

¹¹ *Ações contra a desapropriação* (Correio do Povo, 24/05/2003); *Campanha. Produtor sustenta que Incra errou. Justiça federal determina perícia em desapropriação* (Zero Hora, 29/05/2003).

¹² *STF suspende desapropriação em São Gabriel* (Zero Hora, 03/05/2003).

¹³ *Produtores festejam na campanha* (Zero Hora, 03/05/2003).



município de Pantano Grande uma *marcha* organizada pelos sem-terra com destino à São Gabriel¹⁴, município então denominado pelos mesmos como “coração do latifúndio” (GÖRGEN, 2004). Reuniram-se aproximadamente 800 marchantes dos acampamentos de Santana do Livramento, Júlio de Castilhos, Capão do Leão, Arroio dos Ratos e Pantano Grande para percorrer um trajeto de 180 km em um período inicialmente estimado em 20 dias. É necessário ter em conta que uma *marcha* se enquadra em um conjunto de estratégias de mobilização do MST, das quais estão as *manifestações, acampamentos e ocupações*, entre outros, cada qual com diferentes objetivos, destinatários e graus de esforço (COMERFORD, 1999, p. 127-30). Uma longa *marcha* é um recurso ativado em um número reduzido de situações, tendo em vista que envolve alto grau de investimento físico dos marchantes, já que muitas vezes dispõem famílias inteiras a caminhar. Görgen (2004, p. 64-66) cita uma primeira longa marcha do MST no RS acionada em 1986 pelos acampados da fazenda Annoni, estratégia que seria repetida em 1991 por acampados de Bagé, em 1996 no denominado massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará e em 1997 em uma marcha nacional para Brasília. Desde as declarações de Görgen (2004), depreende-se que uma *marcha*, por sua magnitude, daria condições para que os *sem-terra* explicitassem com maior força suas reivindicações, tanto em nível de diálogo pessoal nos municípios de seu trajeto como em maior amplitude pelos meios de comunicação, além do direcionamento de pressões para os governos e o poder judiciário. Portanto, o cenário de possibilidades e de disputas tornou favorável colocar na estrada a estratégia de mais alto custo no repertório de mobilizações dos *sem-terra*.

Por parte das mobilizações dos *produtores rurais*, inicialmente, foi montada uma *vigília* nos arredores da estância dos Southall, de modo a prevenir uma possível ocupação¹⁵. Porém, com o desdobramento de uma marcha dos sem-terra sucederam-se as *vigílias* em alguns dos municípios atravessados pelos marchantes. Também se conjecturou um *bloqueio* dos *produtores rurais* na medida em que os sem-terra se aproximassem de São Gabriel¹⁶. Um dos *slogan* assumidos pelas mobilizações dos setores afinados aos *produtores rurais* é a frase atribuída ao índio guarani-missionário

¹⁴ MST *marcha hoje para São Gabriel* (Correio do Povo, 10//06/2003).

¹⁵ *Produtores monitoram estradas* (Correio do Povo, 05/06/2003).

¹⁶ *Ruralistas estão em vigília* (Zero Hora, 11/06/2003).



Sepé Tiaraju: “esta terra tem dono”¹⁷. Tal frase teria sido acionada pela mítica liderança indígena no contexto da Guerra Guaranítica (1754-1756) (BRUM, 2006, p. 3-5) na qual as terras das Missões, defendidas pelos índios, foram tomadas conjuntamente pelos exércitos português e espanhol, de modo que a região foi ocupada por estâncias de proprietários, geralmente, militares (ZARTH, 2002, p. 49-55). Nesse contexto, incomodados com a apropriação por seus opositores de um mito fundamental nas lutas por reforma agrária no estado (BRUM, 2006), os *sem-terra* reafirmaram seus vínculos com tal símbolo e passaram a carregar estandartes de Sepé Tiaraju à frente da marcha (GÖRGEN, 2004, p. 80, 119-21, 128). Brum (2006) analisa que a figura de Sepé Tiaraju é alvo de contínuas disputas representacionais no RS, onde o passado missionário é continuamente reelaborado na forja de identidades para as lutas do presente. Nesse contexto de disputas pela legitimidade das mobilizações considera-se que seus itinerários estão sujeitos a elaborações, apropriações e reapropriações nos modos como são interpretados pelos agentes que as conduzem e que lhes imputam significados (COMERFORD, 1999, p. 145).

Nesse sentido, a construção de discursos por parte de setores dominantes de São Gabriel evocava uma pretensão de unidade não apenas da categoria dos *produtores rurais*, mas do conjunto de munícipes. A partir de formulações relativamente fechadas idealizava-se um grupo que seria coeso e oposto aos *sem-terra*. Conceitos articulados com recorrência foram: “povo de São Gabriel”, “Campanha”, “Rio Grande”, bem como o *slogan* “Alerta Rio Grande: esta terra tem dono!”. Lado a lado a estes conceitos decorriam as argumentações negativas aos *sem-terra*, de modo a deslegitimar a possibilidade de assentamento. Em proposições como a de que o município não teria condições de atender essas populações com serviços públicos¹⁸, reforçava-se uma divisão entre os *de dentro*, como mercedores, e os *de fora*, como intrusos. Entre os produtores rurais, acusava-se a desvalorização das terras vizinhas ao possível assentamento e a insegurança no espaço rural como

¹⁷ No dia 23 de maio foi divulgada nota no jornal Zero Hora, intitulada *Alerta Rio Grande: esta terra tem dono!*, onde se repudiava a desapropriação e se convidava aos “ruralistas do RS” para reunião no dia 2 de junho em São Gabriel. Assumiam autoria da nota: Prefeitura Municipal de São Gabriel, Câmara de Vereadores, Associação Comercial e Industrial, Câmara de Dirigentes e Lojistas, Sindicato do Comércio Varejista e Associação Médica de São Gabriel.

¹⁸ *Prefeito e produtores reagem ao decreto* (Zero Hora, 21/05/2003).



decorrência¹⁹. Contudo, é necessário relativizar tais elaborações enquanto artefatos próprios do jogo de forças no espaço social. Posições distintas emergiam desde então em São Gabriel, entre as quais se destacam alguns divulgados pela grande imprensa: uma vereadora do Partido dos Trabalhadores que denunciou ter recebido ameaças de morte por conta de sua posição favorável aos sem-terra²⁰, a oferta de um *produtor rural* para que os marchantes acampassem em suas terras²¹ e uma ação de panfletagem do sindicato dos professores estaduais²². Um dos fatores que tendeu a redimensionar opiniões por conta de seu extremismo foi a intitulada “Carta aos ratos”, um panfleto distribuído em São Gabriel no dia 16 de junho de 2003, sem autoria declarada, com conotação depreciativa e convidativa a atos de ódio contra os sem-terra²³.

A chegada da *marcha* em São Gabriel se deu no mês de agosto e foi acompanhada de recepção por diversos grupos representantes de movimentos sociais que se deslocaram de outros pontos do RS até a cidade. Apesar do sucesso da marcha em alcançar seu destino, não foi do mesmo teor a decisão do Supremo Tribunal Federal em acatar a liminar da ministra e anular o decreto da desapropriação²⁴. Em resumo a esse conjunto de tensões e mobilizações considera-se que no ano de 2003 a *marcha dos sem-terra* não chegou ao desfecho cobiçado de desapropriação em São Gabriel. Mesmo sem ter elaborado aqui um detalhamento do conjunto de embates que ganharam ênfase na grande imprensa, é notável que a aproximação dos marchantes a São Gabriel e as vigílias dos produtores rurais rechearam de eventos considerados tensos as páginas dos jornais de maior divulgação do estado.

¹⁹ *Fazendeiros temem futuros vizinhos* (Zero Hora, 22/05/2008).

²⁰ *Sem-terra e ruralistas conflagram São Gabriel* (Zero Hora, 19/06/2003).

²¹ *Produtor cede área ao MST na região de São Gabriel* (Zero Hora, 05/07/2003).

²² *Cpers é favorável à reforma agrária* (Correio do Povo, 02/07/2003).

²³ *Governo reage às ameaças ao MST* (Correio do Povo, 19/06/2003); *Polícia investiga autoria de panfletos anônimos* (Zero Hora, 20/06/2003).

²⁴ *STF anula 1ª desapropriação de Lula no RS* (Folha de São Paulo, 15/08/2003).



4 Resistências do patronato rural frente à crise estancieira e as estratégias do Incra/RS na aquisição de terras

Concluído esse evento de mobilização, São Gabriel só voltou a ter centralidade na “luta pela terra” em 2007, quando os sem-terra conseguem uma área para montar acampamento e permanecem no município até a implantação de assentamentos em 2008. A partir de 2007 surgem condições para que os assentamentos se efetivassem em São Gabriel em 2008. A determinação do Ministério Público Federal em dar encaminhamento às pressões tendeu a acelerar a atuação do Incra/RS que tinha dificuldades para efetivar novos assentamentos.

Em setembro de 2007 os *sem-terra* organizam nova *marcha* de modo a intensificar as mobilizações, desta vez partindo de três localizações diferentes do RS com destino à denominada Fazenda Coqueiros, no município de Coqueiros do Sul localizado no norte do estado²⁵. Nesse novo cenário de tensões, tais atos forçaram a destinação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual ao Incra em novembro daquele ano, elaborado em audiência com representantes do Incra, do MST e dos *produtores rurais*²⁶. Nele se exigia que até o final de 2008 fossem assentadas duas mil famílias então acampadas, atendendo toda a demanda registrada nos acampamentos do RS no período (INCRA, 2008). Desse modo, o Termo veio a legitimar juridicamente as mobilizações do MST, o esforço das famílias acampadas e as ações do Incra para adquirir terras. Tal cenário de reconhecimento dos movimentos e acampamentos vai de encontro ao que Rosa (2009) e Sigaud (2005) denominam como formas legitimadas e institucionalizadas de constituir *conflitos* de luta pela terra.

No entanto, o Incra/RS enfrentava limitações para realizar aquisições de terras desde 2003. Das 208 vistorias realizadas entre 2003 e 2008 apenas quatro resultaram em improdutividade segundo os polêmicos índices de lotação pecuária utilizados²⁷.

²⁵ *Sem-terra marcham até Coqueiros* (Zero Hora, 12/09/2007).

²⁶ *MST decide pôr fim às marchas* (Zero Hora, 13/11/2007).

²⁷ Por pressões do “vistoria zero” o Incra/RS montou comissão em 1998 para definir o tema com especialistas. O debate se travou entre aumentar, manter ou reduzir índices de lotação pecuária nas terras do estado. A análise das posições dos agentes na comissão representa fielmente o jogo de forças no campo dos conflitos agrários. Suas decisões repercutiram na baixa taxa de desapropriações do período subsequente (DA ROS, 2006, p. 220-30).



Além disso, o Superintendente (INCRA, 2008) argumentava que os mecanismos jurídicos empregados colocavam as condições de compra de terras pelo Incra em desvantagem perante um aquecido mercado de terras no estado (COLUSSI, 2013). Ainda durante a *marcha* de 2007 o Incra/RS abriu editais entre agosto e outubro para proprietários interessados nas vendas de terras. Apesar de tratativas terem avançado, a articulação do setor patronal rural foi contundente no sentido de convencer os proprietários a retirarem propostas já submetidas, visto que estas podiam ser consultadas assim que ofertadas em função do princípio de publicidade dos atos públicos. Junto dos editais, no ano de 2008 o Incra/RS passou a usar de estratégias de comunicação mais sigilosas para negociar áreas, processo pelo qual veio a se constituir a maior parte das aquisições com o intuito de cumprir o TAC (INCRA, 2008).

No início de 2008, enquanto o Incra se mobilizava em função de cumprir com as metas de assentamento, seguiram-se tensões entre *produtores rurais* e os *sem-terra*, na continuidade das *vigílias* às *ocupações*, além das tentativas de reintegração de posse das áreas ocupadas, tendo como foco São Gabriel, novamente. Em abril, o anúncio do MDA que significou a impossibilidade de adquirir a Fazenda Coqueiros²⁸, alvo principal da *marcha* de 2007, provocou um redirecionamento das pressões do MST. Foi nesse contexto que, durante as mobilizações do denominado Abril Vermelho, aproximadamente 800 sem-terra ocuparam uma das estâncias dos Southall em São Gabriel²⁹, permanecendo depois acampados em imóvel que seria adquirido pelo Incra nas proximidades³⁰. Sucederam-se diversas ocupações e reintegrações de posse no RS durante os meses seguintes³¹, enquanto o Incra tinha dificuldades para cumprir com as metas do TAC³². No mesmo ano, novas orientações à brigada militar acarretaram em recrudescimento frente aos acampados, principalmente em ações concentradas ao amanhecer do dia, no que era anunciado triunfalmente como “nova tática para surpreender o MST” pelos jornais de grande circulação do estado³³. É

²⁸ *Coqueiros saiu da mira de desapropriação* (Zero Hora, 12/04/2008).

²⁹ *Abril vermelho leva sem-terra a São Gabriel* (Zero Hora, 15/04/2008).

³⁰ *Acampamento preocupa* (Diário de Santa Maria Web, 07/05/2008).

³¹ *Proteção contra sem-terra* (Zero Hora, 20/06/2008).

³² *Incra pede tempo para assentar* (Correio do Povo, 29/06/2008).

³³ *Nova tática contra MST; Brigada surpreende o MST em São Gabriel* (09/05/2008);



importante ter em conta que durante 2008 emergiu com certa força no Ministério Público gaúcho a ideia de criminalização e dissolução do MST³⁴.

A partir de julho sucedeu-se o primeiro aceno positivo para as renovadas estratégias de aquisição de terras do Incra, de onde se anunciou duas desapropriações em São Gabriel³⁵, onde haviam se estabelecido os acampamentos, próximos a área dos Southall. No final de 2008 o complexo de estâncias foi parcialmente convertido em área disponível para a política de assentamentos rurais³⁶. A intensificação do conjunto de mobilizações dos movimentos e das estratégias de aquisição de terras do Incra/RS desencadeou na aquisição de áreas para implantação de sete assentamentos no município de São Gabriel, dois em Alegrete e um em Santa Margarida do Sul entre o final de 2008 e início de 2009, perfazendo aproximadamente 700 beneficiários da política de assentamentos rurais (INCRA, 2015).

5 Considerações finais: sobre as relações forjadas na oposição

Neste âmbito deste trabalho esboçou-se um quadro mínimo de referências das relações de forças que constituíram a forja de vinculação entre os assentados e os mais antigos munícipes em São Gabriel, RS, e seu entorno. A efervescência de mobilizações do período entre 2003 e 2008 não foi vivenciada somente entre os *sem-terra* e os *produtores rurais*, mas também por outros grupos de antigos moradores da região na qual as terras estavam em disputa. Tanto as *marchas*, *acampamentos* e *ocupações*, por parte dos *sem-terra*, como as *marchas*, *vigílias* e *bloqueios* por parte dos *produtores rurais* – enquanto estratégias em jogo para pressionar os agentes do Estado –, foram vivenciadas pelo conjunto de agentes interdependentes, *munícipes* e *sem-terra*, dos quais recebem significações. Portanto, a vinculação de *munícipes* e *sem-terra* se dá nas tensões próprias do cenário de disputas, sendo também tributária da recorrência e do modo com que a cobertura midiática se debruçou sobre o tema nas matérias supracitadas, por vezes tendendo ao enfoque sensacionalista e criminal.

³⁴ *Conflitos sem fim. Por que duelam procuradores e sem-terra gaúchos* (Zero Hora, 27/06/2008).

³⁵ *Incra assentará 38 famílias em duas áreas de São Gabriel* (Zero Hora, 08/07/2008).

³⁶ *Incra adquire uma área da Fazenda Southall* (Correio do Povo, 08/11/2008).



Ao mesmo tempo em que se explicitavam as tensões com dramaticidade também se contribuía na formação de um estereótipo dos *sem-terra*.

Observa-se que a forja da vinculação entre *antigos* e *novos* ocupantes no espaço social foi demarcada por sentimentos de incerteza, medo, ódio, entre outros, os quais estruturaram, enquanto disposições sociais, as lógicas que informaram o comportamento dos agentes em situações de convivência, especialmente nos primeiros contatos. Ou seja, entende-se que o cenário de tensões e a disputa pela versão legítima dos fatos contribuem como recursos mentais para ser *contra* ou a *favor* aos *sem-terra*. Considera-se, ainda, que pelas vinculações próprias à socialização dos agentes no espaço estancieiro o peso das avaliações tende a pesar contra os *sem-terra*. Mesmo em um contexto demarcado pela redução do prestígio dos senhores de terra, a tendência que se revelou como central foi de aproximação dos *munícipes* às suas reivindicações. Portanto, nesse período inicial de vinculação entre os grupos prevaleceu a oposição dos *munícipes* como grupo estabelecido e identificado frente aos *sem-terra* como grupo estranho e *outsider*.

Por fim, para além de um quadro referencial estanque, chama-se atenção para as desviantes menções de apoio aos *sem-terra* e as gradações internas de estigma em contínua reconfiguração. Vale considerar que a partir de outros estudos em andamento se tem procurado evidenciar a diversidade interna de posições entre os antigos moradores como constituinte de vinculações diversas com os novos entrantes *assentados*.

Referências

AFONSO, J. B. G.; CANUTO, A.; LUZ, C. R. S. **Conflitos no Campo – Brasil. 2003. Apresentação.** Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”: Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: A figura de Sepé Tiaraju. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo-RS, ano 4, n. 46, 2006.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e**



Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, 2009. p. 33-52.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. **Campo-território**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev., 2013.

COLUSSI, Joana. Quanto vale um hectare. Preço da terra sobe 240% em média no Estado em 10 anos. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2013/04/preco-da-terra-sobe-240-em-media-no-estado-em-10-anos-4103540.html>>. Acesso em: 13 maio 2017.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1999.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, pp. 70-92, out., 1999.

GORGEN, Sérgio Antônio. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis-RS: Vozes, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Santa Rosa)**. Porto Alegre, 2008.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

LEITE, Sérgio Pereira et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Estudos NEAD, n. 6. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2004.

MACHADO, Carmem Janaina Batista. **“Aqui até o arado é diferente”**: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.



NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999. p. 19-68.

PICCIN, Marcos Botton. **Habitus e agricultores-assentados: um estudo a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem-terra”**. Seropédica-RJ: Editora da UFRRJ, 2011.

_____. **Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

_____. Recomposições do espaço social em terras estancieiras: estilos de vida e cálculos econômicos. **Século XXI**–Revista de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, p. 11-48, 2014.

ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo**. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, 2009. p. 95-112.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.1, p. 255-80, jun., 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX**. Ijuí-RS: Editora da Unijuí, 2002.